

Resumo de notícias econômicas

17 de Janeiro de 2022 (segunda-feira)

Ano 4 n. 252

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 17 DE JANEIRO DE 2021

- Estados acabam com congelamento do ICMS sobre combustíveis
- Empresários pedem retomada de benefício a exportadores
- TCU vê risco de reajuste 'expressivo' da energia
- Copel avalia a compra da Rio Energy
- 5G na Aviação
- Plataforma de tecnologia para logística e mobilidade
- Desperdício do bônus demográfico
- Guedes atrela Refis à aprovação de reforma do IR no Senado
- United Health tenta vender Amil dez anos após aquisição
- Estatais devem perder contratos por descumprir marco legal
- Companhias admitem que ainda estão fora da regra
- Construção civil perde fôlego e deve crescer só 2% este ano

Estados acabam com congelamento do ICMS sobre combustíveis (17/01/2022)

Broadcast

O Comitê Nacional de Secretários da Fazenda (Comsefaz) confirmou que vai encerrar o congelamento do ICMS sobre combustíveis no dia 31 de janeiro prevista. O governador do Piauí e coordenador do Fórum Nacional de Governadores, Wellington Dias (PT), divulgou nota, na qual afirma: “Fizemos a nossa parte com o congelamento do preço de referência para ICMS”. O governador considerou que os aumentos da gasolina e do diesel têm servido apenas para “aumentar os lucros da Petrobras”. O Broadcast mostrou que havia um impasse entre os secretários de Fazenda sobre a renovação ou não da medida. Parte deles considerava que a medida havia sido suficiente para deixar claro que o presidente Bolsonaro estava errado em culpar os Estados pela alta dos preços dos combustíveis. Outra parte avaliava para não reativar o cálculo.

Antes do congelamento, o ICMS incidia sobre o preço médio ponderado ao consumidor final, que é reajustado a cada 15 dias. Cada Estado tem competência para definir a alíquota. Ela varia entre 25% e 34% na gasolina, dependendo do Estado. Mesmo com o ICMS estagnado desde 1.º de novembro, o preço dos combustíveis continuou a subir. O preço final é composto pelo valor cobrado pela Petrobras nas refinarias (atrelado à cotação do barril do petróleo no mercado internacional e ao câmbio), mais tributos federais (Pis/pasep, Cofins e Cide) e estaduais (ICMS), além das margens de distribuição e revenda e do custo do biodiesel (para o óleo diesel) e do etanol (gasolina).

Empresários pedem retomada de benefício a exportadores (17/01/2022)

Broadcast

Representantes da indústria se reuniram ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o que o setor considera como prioridade para 2022. Um dos pontos apresentados pela Coalizão Indústria, que representa 14 entidades, foi a retomada do Reintegra, programa que devolve às empresas exportadoras parte dos tributos pagos na cadeia de produção.

Os setores também se comprometeram a apoiar a tramitação da reforma tributária e das privatizações defendidas por Guedes. Segundo o coordenador do grupo, Marco Polo Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil, o avanço das mudanças tributárias é “prioridade absoluta” para o setor e para o governo.

Ele disse que Guedes demonstrou preocupação com o aumento do déficit da balança comercial de manufaturados. Foi nesse ponto que os empresários apresentaram o pleito de aumentar a alíquota do Reintegra. O programa devolvia às empresas 3% do faturamento com as exportações. Em 2018, a alíquota foi reduzida “temporariamente” para 0,1%, mas não foi mais elevada. Foi apresentada a proposta de aumentar para uma faixa entre 2,5% e 3%, podendo chegar a até 5% de acordo com a empresa. Já o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, disse que há convergência de que a reforma tributária ampla, com criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), seria solução para o assunto, porque acabaria com a tributação em cascata.

TCU vê risco de reajuste ‘expressivo’ da energia (17/01/2022) **O Estado de S. Paulo.**

Ainda que impeça um “tarifaço” no curto prazo, a autorização para mais um empréstimo para socorrer as empresas do setor elétrico, somada a outras despesas, tem o risco de acarretar aumentos “expressivos” nas contas de luz nos próximos anos, alerta o TCU em relatório enviado ao governo. O órgão cobra “clareza” e “objetividade” do governo na condução da política tarifária e menciona “estudos deficientes” que não indicam os dados do impacto na inflação nem ações alternativas para equacionar os problemas financeiros das concessionárias. O governo publicou uma medida provisória que abre espaço para um novo socorro ao setor elétrico a fim de evitar um “tarifaço” nas contas de luz agora em 2022. O empréstimo será usado para bancar as medidas emergenciais para evitar falhas no fornecimento de energia e deve ser pago nos anos seguintes. Não foram detalhados os valores exatos do empréstimo, nem o prazo de pagamento, mas a previsão é que a operação fique em R\$ 15 bilhões.

“Começa-se a formar um acúmulo de aumentos tarifários em razão de processos tarifários anteriores, Conta-Covid e decisões tomadas durante a crise hidroenergética”, diz o relatório. “Há o risco de o consumidor, nos anos vindouros, estar sujeito a aumentos tarifários expressivos, em razão de efeitos de decisões tomadas, como pagamento da Conta-Covid e dessa operação de crédito, como as revisões tarifárias.” Para os técnicos do TCU, a opção pelo empréstimo, deveria ser baseada em “estudos, evidências e análises estruturadas para que as alternativas possam ser julgadas de maneira objetiva, sendo possível, assim, verificar se a política adotada representou a alternativa mais vantajosa para tratar o problema, frente a alternativas de solução”.

É a quarta vez que o governo faz operações financeiras para conter reajustes elevados nas contas de luz ou para socorrer as empresas de distribuição. A última foi em 2020, quando o empréstimo foi autorizado para minimizar os efeitos da pandemia – essa operação está sendo paga por meio de repasses adicionais às contas de luz.

Copel avalia a compra da Rio Energy (17/01/2022)

Broadcast

Interessada em expandir a participação das fontes eólica e solar para 25% do seu portfólio de geração de energia nos próximos anos, a Copel avalia a aquisição da Rio Energy. A empresa alvo da estatal paranaense chegou a avaliar uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) na Bolsa no ano passado, mas acabou desistindo da operação. Uma das alternativas colocadas à mesa seria a Copel fazer a oferta de compra com a participação de um parceiro. A Denham Capital, controladora da Rio Energy, pediu R\$ 5 bilhões pela empresa, segundo fontes. Outro ativo de geração renovável disponível no mercado e que a Copel teria avaliado é a Ibitu Energia (antiga Queiroz Galvão Energia), negócio gerido pela norte-americana Castlelake.

De acordo com outra fonte com conhecimento das operações, a venda da Ibitu é considerada um pouco mais complexa, uma vez que a empresa é parte da Queiroz Galvão, em recuperação judicial. Contudo, dado o apetite de investidores por ativos de geração eólica e solar, há grandes chances de a venda da companhia ocorrer nos próximos meses.

5G na Aviação (17/01/2022)

Broadcast

O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (Confins) vai inaugurar no segundo semestre um laboratório para testar aplicações do 5G no mundo da aviação. A iniciativa é a primeira desse tipo no Brasil e tem negociações em andamento para atrair parceiros como Vivo, Huawei e PUC Minas. O laboratório abrirá as portas do aeroporto para experimentar novidades que lembram filmes futuristas.

Com o 5G, seria possível identificar os passageiros por reconhecimento facial e escanear as bagagens rapidamente, eliminando filas para entrada na área de embarque. Ou até mesmo rastrear malas em tempo real, minimizando riscos de extravio.

A prioridade do laboratório será a pesquisa nas áreas de segurança, logística e mobilidade urbana, diz Kleber Meira, presidente do aeroporto administrado pelo consórcio de CCR e Zurich. Se os resultados forem promissores, o grupo pretende replicar as iniciativas em outras unidades.

O 5G promete velocidade até 20 vezes maior que o 4G, além de latência (tempo de resposta entre o comando e a execução) baixíssima. Isso permitirá o surgimento de novas aplicações. O 5G tem atraído o interesse da agropecuária, indústria e mineração, que já implementaram laboratórios de testes. Paralelamente, as agências regulatórias de telecomunicações e aviação (Anatel e Anac) estão estudando potenciais interferências do 5G em instrumentos de voo, assim como a análise feita nos EUA.

Plataforma de tecnologia para logística e mobilidade (17/01/2022)

Broadcast

A nstech, plataforma de tecnologia para logística e mobilidade, está agregando a 18.ª empresa a seu ecossistema, de olho no avanço do ecommerce. A holding, controlada pela Niche Partners (ligada à SK Tarpon) e que tem como acionista o fundo sueco Greenbridge, fez um investimento na Frete Rápido, que fornece inteligência logística e conecta indústrias, e-commerce, varejo, operadores logísticos a transportadores. A nstech conecta motoristas, corretores, seguradores,

transportadores de cargas e passageiros. A empresa tem 45 mil clientes, sendo 35 mil transportadoras. Além do Brasil, atua no México, Equador, Peru e Colômbia na área de gestão de risco. Faturou R\$ 450 milhões em 2021 e prevê crescer 25% este ano.

Desperdício do bônus demográfico (17/01/2022)

O Estado de S. Paulo.

Entre as diversas oportunidades que o Brasil tem desperdiçado nos últimos anos, o bônus demográfico figura entre as principais. Desde o início da década de 1970, a quantidade de pessoas em idade ativa (PIA), entre 15 e 64 anos de idade, apresenta um crescimento superior ao do restante da população como um todo. O fenômeno, que tende a contribuir com o desenvolvimento econômico, deve acabar em 2038 sem que o País tenha aproveitado essa vantagem para impulsionar o Produto Interno Bruto (PIB). Pelo contrário: os períodos mais recentes foram marcados por décadas perdidas, com aumento do endividamento, inflação e desemprego.

A pandemia surge como um fator que pode antecipar o fim do bônus demográfico em cinco ou seis anos. Além de ter ceifado a vida de mais de 620 mil brasileiros, a covid-19 levou muitos casais a adiarem a decisão de ter filhos em um momento de tanta incerteza. “As pessoas que deixaram de nascer em 2020 e 2021 teriam 15 anos em 2035 e 2036, quando estariam entrando na população em idade ativa. Por conta da pandemia, o decréscimo da população em idade ativa vai começar mais cedo”, disse o professor Escola Nacional de Estatísticas José Eustáquio Diniz Alves.

Sem a vantagem do bônus demográfico, resta ao País enfrentar problemas antigos cuja solução é conhecida, mas procrastinada. Estudo de José Ronaldo de Castro Souza Júnior, do Ipea, e do economista Fabio Giambiagi, do BNDES, estima que o PIB poderia manter um crescimento de 2,5% ao ano ao longo da década com a aprovação de reformas que elevem a produtividade.

Guedes atrela Refis à aprovação de reforma do IR no Senado (17/01/2022)

O Estado de S. Paulo.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, acenou a interlocutores com a possibilidade de um Refis para médias e grandes empresas caso o Senado aprove o

projeto de reforma do Imposto de Renda. O novo programa de parcelamento de dívidas abrangeria pessoas físicas e incluiria de tributos como o IR a parcelas atrasadas do eSocial, a plataforma de registro para obrigações trabalhistas e tributárias.

Além de prever a volta da taxaço de lucros e dividendos, com uma alíquota de 15%, o projeto que está no Senado estabelece a correção da tabela do IR da Pessoa Física (IRPF) e o aumento da faixa de isenção – de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil. O projeto foi aprovado pela Câmara em setembro de 2021 com 398 votos favoráveis, mas foi colocado na geladeira pelo relator do Senado, senador Ângelo Coronel (PSD-BA).

A empresários, Guedes tem afirmado que seria melhor passar o projeto do IR neste ano, com a taxaço dos dividendos a uma alíquota de 15%, do que deixar a reforma ser aprovada em 2023 com o risco de um eventual novo governo pressionar por taxa maior. Quando o projeto foi enviado pelo governo ao Congresso, a alíquota prevista era de 20%. Como se trata de aumento de imposto, a alíquota maior só poderia vigorar no ano seguinte. Ou seja, se for aprovada em 2022, a reforma só entraria em vigor em 2023. Já a tabela do IRPF poderia entrar em vigor neste ano, mas tem alto custo de perda de arrecadação. A equipe econômica vê chance de o projeto ser aprovado em 2022.

United Health tenta vender Amil dez anos após aquisição (17/01/2022)

O Estado de S. Paulo.

Dez anos após ter adquirido a Amil, em uma transação de R\$ 10 bilhões, a americana United Health Group (UHG) se movimenta para vender o controle da Amil. A negociação é mais um passo na redução das operações do grupo no Brasil, após ter repassado a carteira de planos individuais da Amil para a APS. Grupos de saúde do País foram sondados, como Sul América e Bradesco, mas a disputa estaria entre a Rede D'Or, e a família Bueno, dos fundadores da Amil. A estratégia de saída vem depois de tentativas de revitalização do negócio. A UHG não conseguiu reverter a situação da Amil.

Posteriormente, lançou no Brasil a Optum, empresa de tecnologia especializada em saúde que é sucesso nos EUA, mas que não decolou por aqui. No mercado

americano, a UHG é uma gigante de saúde. Apenas no terceiro trimestre do ano passado, lucrou US\$ 4 bilhões. Na Bolsa americana, é avaliada em US\$ 445 bilhões.

A Amil encerrou o exercício de 2020 – o último balanço divulgado – com queda de 6% em seu faturamento consolidado, que alcançou R\$ 25,7 bilhões. A redução do número de beneficiários e do volume de procedimentos eletivos foram os motivos para a retração. No entanto, quedas nas despesas de comercialização e administrativas levaram a operadora a fechar o ano com lucro líquido de R\$ 517,1 milhões.

A Amil operava no prejuízo sua carteira de planos individuais. Em dezembro, após a transferência da carteira com mais de 370 mil vidas para uma empresa chamada APS Assistência Personalizada à Saúde, vários clientes se queixaram sobre a falta de esclarecimentos, levando a um pedido de esclarecimentos do Procon.

Estatais devem perder contratos por descumprir marco legal (17/01/2022)

O Estado de S. Paulo.

Sete empresas estaduais de saneamento correm alto risco de perder seus contratos com municípios onde operam, o que irá obrigar prefeituras a procurarem outras alternativas para o atendimento de serviços de água e esgoto. O cenário abre caminho para a atuação de empresas privadas, um dos objetivos do marco legal do saneamento. As estatais dos Estados de Acre, Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Roraima e Tocantins não comprovaram ter capacidade de investir para universalizar os serviços nas regiões atendidas conforme cobra a nova lei, em vigor desde julho de 2020.

Todas as companhias ficam nas regiões Norte e Nordeste, onde estão concentrados os piores índices de saneamento do País. Atualmente, apenas 55% da população brasileira é coberta com rede de esgoto e 84,1% com abastecimento de água por rede. A maioria das prestadoras de serviços são estatais controladas pelos governos estaduais. Pelo marco legal, empresas do setor precisam atender 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033.

A exigência da comprovação de capacidade foi colocada no marco legal para rechaçar prestadoras que não têm condições de investir. Dentro do governo federal, o

potencial cancelamento desses contratos é visto como uma oportunidade para blocos de municípios buscarem conceder seus serviços a empresas privadas. Desde que o marco foi aprovado, leilões de saneamento já conseguiram contratar mais de R\$ 40 bilhões em investimentos. A preocupação de que esses municípios não fiquem desatendidos. Essas estatais deverão continuar o atendimento até que uma nova operadora de saneamento seja contratada.

Companhias admitem que ainda estão fora da regra (17/01/2022)

O Estado de S. Paulo.

Empresas estaduais cujos contratos se tornaram irregulares por descumprir o novo marco legal do saneamento afirmam que buscam adequar suas estruturas à nova lei, mas admitiram não ter cumprido a exigência de apresentar a comprovação de suas capacidades econômico-financeiras.

O reconhecimento foi feito pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) e pela Empresa de Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa). Já a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer) alegou que não estava sujeita a essa regra, do que o governo federal discorda. A Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama) afirmou que providencia a documentação, e o Departamento Estadual de Água e Saneamento do Acre (Depasa) informou que está em contato com o governo federal para buscar alternativas para os serviços.

Acre, Pará e Tocantins não responderam à reportagem. Como mostrou o Estadão/broadcast, essas empresas devem perder seus contratos com municípios onde operam, o que obrigará prefeituras a procurar outras alternativas. O Estado do Maranhão afirmou que “os complexos procedimentos e os prazos curtos exigidos” pelo decreto que regulamentou os procedimentos de capacidade econômico-financeira “ainda não permitiram o pleno atendimento a este requisito”. “Vale ressaltar que o decreto citado está sendo objeto de contestação judicial no âmbito do STF”, afirmou o governo local, segundo quem a Caema atende a população maranhense em mais de 140 municípios e está realizando estudos visando à adequação ao novo marco. A ação no STF teve liminar negada pelo ministro Luís Roberto Barroso.

Construção civil perde fôlego e deve crescer só 2% este ano

Broadcast

Um dos motores da recuperação da economia brasileira no ano passado, a construção civil está perdendo fôlego. O Produto Interno Bruto (PIB) da Construção deve crescer 2% em 2022, o que representa uma desaceleração perante 2021, quando subiu 8%. A projeção foi divulgada, em parceria entre a FGV e o Sindicato da Construção de São Paulo, e vai na mesma linha da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que também espera alta de 2% para o PIB setorial neste ano. As entidades trabalham com previsão de abertura de 110 mil vagas de emprego em 2022, ante 246 mil, em 2021, e 98 mil, em 2020. Após recordes de vendas de imóveis residenciais nos últimos dois anos, o setor passa por um momento negativo. Os juros e a inflação inibem novos negócios.

Um ano atrás era possível contratar um financiamento de R\$ 200 mil para compra da casa própria com juros de 6,25% ao ano. Isso exigia das famílias renda mínima de R\$ 5,2 mil e gerava uma parcela de R\$ 1,5 mil. Hoje, o mesmo empréstimo tem taxa de 9% ao ano, o que demanda renda de R\$ 6,6 mil (27% maior) e parcela de R\$ 2 mil (33% maior), segundo cálculos do Sinduscon/fgv. “A decisão de se comprar um imóvel está relacionada ao poder de compra e à percepção de riscos e incertezas”, disse a coordenadora de estudos da construção da FGV Ana Maria Castelo: “E o aumento das taxas de juros certamente vai ter um impacto nas contratações.”

***Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.***

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br